

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 93014 de 05/03/2013
Edição Eletrônica nº 19527



Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

CENAEEL - CENTRAL NACIONAL DE ENERGIA EÓLICA S.A.

CNPJ nº 04.959.392/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2012	31/12/2011		Nota	31/12/2012	31/12/2011
Circulante				PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.570	4.299	Circulante			
Concessionárias	4	1.099	1.082	Fornecedores	10	505	1.127
Impostos e contribuições sociais	5	1.203	914	Impostos e contribuições sociais	5	140	140
Despesas pagas antecipadamente			44	Dividendos	13.2	578	461
Outros créditos	8	3		Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	11	1.885	1.707
		6.875	6.339	Obrigações estimadas com pessoal		12	6
Não circulante				Encargos regulamentares e setoriais		2	2
Cauções e depósitos vinculados	7	873	1.135	Outras contas a pagar	8	571	177
		873	1.135			3.693	3.620
Imobilizado	9	27.437	29.116	Não Circulante			
Intangível		20	21	Empréstimos e financiamentos	11	14.382	16.221
		27.457	29.137	Partes relacionadas	6	1.915	430
				Provisões	12	472	432
						16.769	17.083
				Patrimônio líquido			
				Capital social	13.1	12.396	14.035
				Reservas de lucros	13.3	2.347	1.873
				Patrimônio líquido atribuído aos controladores		14.743	15.908
Total do ativo		35.205	36.611	Total do passivo e patrimônio líquido		35.205	36.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2012	2011		2012	2011
			Reclas-		Reclas-
			sificado		sificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Encargos regulamentares e setoriais		(1)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.715	2.286	Outros passivos operacionais	394	177
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				(147)	627
Depreciações e amortizações	1.680	1.982	Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	5.426	6.137
Despesas pagas antecipadamente	54	76	Imposto de renda e contribuição social pagos	(240)	(235)
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	1.602	1.797	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.186	5.902
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		(40)	Fluxo de caixa das atividades de investimento		(11)
Ajuste a valor presente	40	100	Adições ao imobilizado e intangível		(11)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(83)	(126)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(11)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(11)	(26)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
	5.997	6.049	Partes relacionadas	(154)	430
			Cauções e depósitos vinculados	345	
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(1.843)	(1.661)
Concessionárias	(17)	(308)	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(1.650)	(1.489)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(394)	(178)	Encargos de dívidas líquido de derivativos	(1.613)	(1.777)
Despesas pagas antecipadamente	(10)	(53)	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(4.915)	(4.497)
Outros ativos operacionais	(3)		Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	271	1.394
	(424)	(539)	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.570	4.299
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.299	2.905
Fornecedores	(622)	572		271	1.394
Outros tributos e contribuições sociais	75	(122)			
Obrigações estimadas com pessoal	6	1			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)			
	Nota	2012	2011
Receitas	14	8.100	8.092
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		(287)	(259)
	15	(287)	(259)
Custo de operação			
Pessoal		(53)	(44)
Materiais e serviços de terceiros		(1.637)	(1.238)
Depreciações e amortizações		(1.676)	(1.975)
Outros custos de operação		(97)	(102)
	15	(3.463)	(3.359)
		(3.750)	(3.618)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Lucro bruto		4.350	4.474
Despesas e receitas operacionais			
Despesas com vendas			(1)
Despesas gerais e administrativas		(45)	(493)
Depreciações e amortizações		(4)	(7)
Outras despesas e receitas operacionais		(19)	(73)
	15	(68)	(574)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		4.282	3.900
Receitas financeiras		94	246
Despesas financeiras		(1.661)	(1.860)
Resultado financeiro	16	(1.567)	(1.614)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.715	2.286
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(281)	(346)
		(281)	(346)
Resultado líquido do exercício		2.434	1.940
Resultado por ação			
Resultado básico por ação (Reais/Ação)			
ON	18	1,18529	0,94473
Resultado diluído por ação (Reais/Ação)			
ON	18	1,18529	0,94473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2012	2011
Resultado líquido do exercício	2.434	1.940
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	2.434	1.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua →

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Capital	Reservas	Lucros	
	social	de lucros	acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011	14.035	1.640	-	15.675
Dividendo adicional aprovado - AGO 23/02/2010		(1.246)		(1.246)
Lucro líquido do exercício			1.940	1.940
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		97	(97)	-
Dividendos propostos			(461)	(461)
Dividendo adicional proposto		1.382	(1.382)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	14.035	1.873	-	15.908
Redução de capital - AGE 06/11/2012	(1.639)			(1.639)
Dividendo adicional aprovado - AGO de 09/04/2012		(1.382)		(1.382)
Lucro líquido do exercício			2.434	2.434
Destinação do lucro				
Constituição de reserva legal		122	(122)	-
Dividendos propostos			(578)	(578)
Dividendo adicional proposto		1.734	(1.734)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	12.396	2.347	-	14.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Companhia ou Cenaeel), Sociedade Anônima de capital fechado constituída em 11 de março de 2002, que tem como objeto social a produção de energia elétrica, tendo sido adquirida em 16 de fevereiro de 2009, pela EDP Renováveis Brasil S.A. os parques eólicos descritos abaixo.

A Companhia tem sede e foro à Rodovia PRT 280 - Km 94,3, no município de Água Doce, Estado de Santa Catarina, onde

localizam-se as usinas geradoras de energia eólica denominadas Parque Eólico do Horizonte e Usina Eólica de Água Doce.

Atualmente as duas usinas geradoras de energia eólica possuem 23 aerogeradores com capacidade instalada para geração de 13,8 MW.

A totalidade de produção de energia é comercializada com a Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e a Celesc - Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Usinas Eólicas

	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MWm)	Ano do início da operação	Autorização/Registro	
					Início	Término
Horizonte (1)	SC	4,80	1,01	2004	12/08/2002	Indefinida
Água Doce (2)	SC	9,00	2,35	2006	11/12/2002	11/12/2032
Total		13,80	3,36			

- (1) Registro
(2) Produção Independente de Energia (Autorização)

1.1 Registro do Parque Eólico do Horizonte

O registro vigorará por prazo indefinido.

A energia gerada é comercializada de acordo com a legislação, ficando assegurado o percentual de redução de 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, nos termos da Resolução ANEEL nº 77/04, onde se estabelece os procedimentos vinculados à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, para empreendimentos hidroelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, visando estimular novos investimentos na expansão dos sistemas elétricos.

1.2 Autorização da Usina Eólica de Água Doce

A autorização vigorará pelo prazo de 30 anos podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da Autorizada.

A energia elétrica produzida pela Autorizada destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de fevereiro de 2013.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 4)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia.

c) Imobilizado (Nota 9)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para o funcionamento conforme pretendido pela Administração e pela estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, se for o caso, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados,

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2012	2011
		Reclas-sificado
Geração do valor adicionado	8.407	8.846
Receita operacional	8.407	8.399
Receita relativa à construção de ativos próprios		447
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.991)	(2.511)
Encargos de uso da rede elétrica	(287)	(259)
Materiais	(109)	(25)
Serviços de terceiros	(1.528)	(2.153)
Outros custos operacionais	(67)	(74)
Valor adicionado bruto	6.416	6.335
Retenções		
Depreciações e amortizações	(1.680)	(1.982)
Valor adicionado líquido produzido	4.736	4.353
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	94	246
Valor adicionado total a distribuir	4.830	4.599
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	31	24
Benefícios	14	12
FGTS	2	1
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	613	677
Estaduais	3	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.661	1.860
Aluguéis	72	81
Remuneração de capital próprio		
Dividendos	578	461
	2.974	3.120
Lucros retidos	1.856	1.479
	4.830	4.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Para os bens do ativo Imobilizado diretamente relacionados à atividade de geração eólica, as taxas utilizadas levam em consideração a vida útil dos bens que é de 25 anos. Para depreciação dos outros ativos utilizam-se as taxas de depreciação de acordo com a Resolução Normativa nº 474/12, emitida pela ANEEL, onde novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09. As taxas de depreciação refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

d) Ativo intangível

Os Ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*. O seguinte critério é aplicado:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

e) Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicas e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques.

f) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 10)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 11)

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 12)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação presente e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Nota 17)

O Imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Presumido, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

m) Capital social (Nota 13.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n) Dividendos (Nota 13.2)

A distribuição de Dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos Juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

p) Reconhecimento de receita**• Receita operacional**

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no

resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

• Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e juros sobre impostos compensáveis, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajustes a valor presente.

q) Resultado por ação (Nota 18)

O Resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O Resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Resolução CFC nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

r) Uso de estimativa e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração de instrumentos financeiros e Provisão para desmantelamento.

s) Instrumentos financeiros (Nota 20)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, um instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

t) Contratos de arrendamento (Nota 19)

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

u) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional às Demonstrações Financeiras.

2.3 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

A IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009 e revista em outubro de 2010, substituindo os trechos da IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros, no reconhecimento inicial, em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Nos passivos financeiros, a principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada, o valor decorrente desta mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em Outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto desta norma, sendo a mesma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

Revisões de Pronunciamentos e Interpretações já emitidos anteriormente ocorridas no exercício de 2012 e Novos Pronunciamentos, com adoção requerida para 1º de janeiro de 2013**CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (IFRS 13)**

A IFRS 13 apresenta uma base única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações dessa informação. As divulgações quantitativas e qualitativas, com base na hierarquia de valor justo de três níveis atualmente exigidos para instrumentos financeiros serão complementadas de modo a incluir todos os ativos e passivos em seu escopo. A Administração da Companhia entende que a adoção dessa nova norma possa afetar certos valores reportados nas demonstrações financeiras e resultar em divulgações mais abrangentes nas demonstrações financeiras. Essa norma tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e adotadas pela Companhia**CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18)**

A revisão deste pronunciamento introduziu as últimas alterações realizadas nas normas internacionais, bem como efetuou ajustes e esclarecimentos a fim de sanar eventuais dúvidas quanto aos reflexos contábeis oriundos da harmonização contábil para aplicação das IFRS no Brasil. A Companhia avaliou a revisão deste CPC e não houve impacto significativo nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7)

A proposta de revisão deste pronunciamento é decorrente substancialmente de compatibilizações de texto com o objetivo de produzir os mesmos reflexos contábeis que a aplicação do IFRS 7. A presente revisão enfatiza divulgações qualitativas no contexto de divulgações quantitativas permitindo que os usuários façam uma associação com as divulgações relacionadas e, desse modo, formem um entendimento amplo acerca da natureza e da extensão dos riscos advindos dos instrumentos financeiros. Alterou também as divulgações requeridas para ajudar os usuários de demonstrações contábeis a avaliarem as exposições a riscos relativas a transferências de ativos financeiros e o efeito desses riscos sobre a posição financeira da entidade. Esta revisão não contempla as alterações decorrentes do IFRS 9, que somente tem vigência obrigatória pelo IASB em 1º de janeiro de 2015.

ICPC 08 (R1) - Contabilização de Pagamento de Dividendos

A revisão desta interpretação tem como objetivo complementar o documento original, através da inclusão de tópicos da legislação societária brasileira (Lei nº 6.404/76) em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. A interpretação incorporou os conceitos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e classifica que: os dividendos intermediários, os dividendos fixos e mínimos devidos aos acionistas preferencialistas e os lucros destinados à distribuição como dividendo obrigatório (inclusive sob a forma de JSCP) representam de fato uma obrigação presente na data das demonstrações financeiras, por representarem uma obrigação legal, ainda que os dividendos sejam declarados após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras. A parcela remanescente de lucro a distribuir deve figurar como uma retenção de lucro, em conta específica, até à sua aprovação em Assembleia Geral.

2.4 Reclassificações do exercício de 2011

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011:

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Reclassificação dos Impostos e contribuições sociais compensáveis no valor de R\$26 para os Impostos e contribuições sociais.

Reclassificação dos encargos regulamentares e setoriais, no valor de R\$6 inicialmente alocado nas atividades operacionais para passivos operacionais.

2.4.2 Demonstração do Valor Adicionado

Para adequação ao CPC 09 foi realizada a reclassificação da Receita relativa à construção de ativos próprios alocada em Geração do valor adicionado no valor de R\$447 anteriormente apresentada líquida na rubrica Serviços de terceiros alocada nos Insumos adquiridos de terceiros.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	4.570	4.299
Total	4.570	4.299

4 Concessionárias

O saldo de R\$1.099 em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.082 em 31 de dezembro de 2011), é composto pelo contas a receber dos contratos bilaterais de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CELESC no valor de R\$180 (R\$156 em 31 de dezembro de 2011) e com a Eletrobrás no valor de R\$919 (R\$926 em 31 de dezembro de 2011), para os quais não são esperadas perdas na sua realização, além de ajustes anuais do contrato de suprimento de energia com a Eletrobrás no valor de R\$571 em 31 de dezembro de 2012 (R\$176 em 31 de dezembro de 2011) - (Nota 8).

5 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Ativo - Compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social	6	143	12		(108)	343	396
PIS e COFINS	8	238			(8)	424	662
IRRF sobre aplicações financeiras	223	12				(90)	145
Outros	677					(677)	-
Total	914	393	12	-	(116)	-	1.203
Circulante	914						1.203
Total	914						1.203
Passivo - a recolher							
Imposto de renda e contribuição social	77	281		(240)	(47)		71
PIS e COFINS	28	307		(241)	(69)		25
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	1	96		(90)			7
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	10	27		(24)			13
Outros	24						24
Total	140	711	-	(595)	(116)	-	140
Circulante	140						140
Total	140						140

6 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para sua controladora, apresentados na nota 13, os saldos de passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora indireta e coligada estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Partes relacionadas	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2012	31/12/2011	2012	2011
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Energias do Brasil S.A.		30/12/2010	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	80	235	(52)	(235)
Contrato de Serviços de consultoria	EDP Renováveis S.A.		30/12/2010	Sem data de conclusão (renovado anualmente)	196	195		(195)
Redução do Capital Social aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.856/12 (i)	EDP Renováveis do Brasil		04/12/2012		1.639			
Total					1.915	430	(52)	(430)

(i) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 3.856/12, que trata da redução do Capital social da Companhia.

6.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP Renováveis Brasil e a controladora final é a EDP - Renováveis. A EDP - Energias do Brasil S.A. é a coligada.

6.2 Remuneração dos administradores

A Companhia não teve dispêndios no exercício com os profissionais-chave da administração.

7 Cauções e depósitos vinculados

	Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Cauções e depósitos vinculados	873	1.135
Total	873	1.135

Os saldos disponíveis na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$873 (R\$1.135 em 31 de dezembro de 2011) foram aplicados em Fundos do tipo Unibanco Private Active Fix FI visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.

Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, foram estabelecidos a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor do BNDES e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irretroatável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. A Conta

Reserva deverá manter saldo correspondente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A Conta Reserva somente será utilizada em caso de insuficiência de recursos existentes na Conta vinculada. Esta conta será movimentada apenas pelo Banco mandatário.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	3	
Total	3	-
Outras contas a pagar - Passivo		
Credores diversos - concessionárias	571	176
Outras		1
Total	571	177

O saldo de R\$571 na rubrica de credores diversos - Concessionárias refere-se ao ajuste anual do contrato de suprimento de energia elétrica com a Eletrobrás.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	31/12/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Máquinas e equipamentos	3,91	41.953	(14.523)	27.430	4,00	41.954	(12.849)	29.105
		41.953	(14.523)	27.430		41.954	(12.849)	29.105
Administração								
Máquinas e equipamentos	11,46	21	(19)	2	10,00	20	(19)	1
Veículos	14,29	30	(27)	3	20,00	30	(23)	7
Móveis e utensílios	6,25	11	(9)	2	10,00	12	(9)	3
		62	(55)	7		62	(51)	11
Total do Imobilizado em serviço		42.015	(14.578)	27.437		42.016	(12.900)	29.116
Total do imobilizado		42.015	(14.578)	27.437		42.016	(12.900)	29.116

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2011	Depreciações	Valor líquido 31/12/2012
Imobilizado em serviço			
Máquinas e equipamentos	29.106	(1.674)	27.432
Veículos	7	(4)	3
Móveis e utensílios	3	(1)	2
Total do imobilizado em serviço	29.116	(1.679)	27.437
Total do imobilizado	29.116	(1.679)	27.437

	31/12/2012		31/12/2011	
	Circulante		Circulante	
10 Fornecedores				
Encargos de uso da rede elétrica		20		20
Materiais e serviços		485		1.107
Total		505		1.127

11 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
11.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor Data da contra- tação	Valor Data da contra- tação liberado	Valor Vigência do contrato	Utilização	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2012			31/12/2011				
								Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total		
Moeda nacional															
BNDDES	11.500	38.869	11.500	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica de Água Doce. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,40.	TJLP + 3,50% a.a.	Principal e Juros mensais.	31	1.021	7.926	8.978	37	919	8.954	9.910
BRDE	9.000	38.869	9.000	01/06/2006 a 15/09/2019	Implantação da Usina Eólica de Água Doce. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,40.	TJLP + 4,50% a.a.	Principal e Juros mensais.	29	804	6.456	7.289	33	718	7.267	8.018
Total								60	1.825	14.382	16.267	70	1.637	16.221	17.928

A forma de realização das dívidas é ao custo.

Para maiores informações a respeito das garantias, vide a nota 21.2.

11.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício:

	Valor líquido em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	1.707	(1.650)	(1.613)	1.602	1.839	1.885
	1.707	(1.650)	(1.613)	1.602	1.839	1.885
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	16.221	-	-	-	(1.839)	14.382
	16.221	-	-	-	(1.839)	14.382

11.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda Nacional
Circulante	
2013	1.885
	1.885
Não circulante	
2014	1.997
2015	2.185
2016	2.392
2017	2.618
2018	2.865
2019 até 2023	2.325
	14.382
Total	16.267

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

O valor em 31 de dezembro de 2012 de R\$472 (R\$432 em 31 de dezembro de 2011) na rubrica Provisões do Passivo não circulante refere-se à Provisão para desmantelamento dos parques eólicos Horizonte e Água Doce, registrado em contrapartida ao Imobilizado (Nota 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento dos parques eólicos, conforme nota 19.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,18% a.a.

12 Provisões

	Não circulante	
	31/12/2012	31/12/2011
Desmantelamento	472	432
Total	472	432

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

Em 6 de novembro de 2012, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE foi aprovada a redução do Capital social da Companhia, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto social nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por ações, sem o cancelamento de ações mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no Capital social da Companhia, sendo a referida redução no valor de R\$1.639. Em 4 de dezembro de 2012 a ANEEL concedeu a anuência referente a alteração do Estatuto Social para redução do Capital social da Companhia através do Despacho nº 3.856.

O Capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$12.396 e em 31 de dezembro de 2011 era de R\$14.035 e está representado por 2.053.500 ações nominativas e sem valor nominal, distribuídas conforme a seguir:

Acionistas	Ações Nominativas	%
EDP - Renováveis Brasil S.A.	2.053.499	100
Outros	1	

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

13.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	31/12/2012	31/12/2011
Resultado líquido apurado no exercício	2.434	
Constituição da reserva legal - 5%	(122)	
	2.312	
Destinação do lucro		
Dividendos	2.312	
Dividendo mínimo obrigatório	578	
Dividendo adicional proposto	1.734	
Quantidade de ações	2.053.500	
Dividendos por ação - R\$	0,001126	

13.3 Reservas de lucros

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas de lucros		
Legal	613	491
Dividendo adicional proposto	1.734	1.382
Total	2.347	1.873

14 Receitas

	Exercícios findos em	
	31 de dezembro de	
	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	8.362	8.398
Total Fornecimento e suprimento	8.362	8.398
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão		
Outras receitas operacionais	45	
Subtotal	8.407	8.398
(-) Deduções à receita operacional	(307)	(306)
PIS/COFINS	(307)	(306)
Receita	8.100	8.092

15 Gastos operacionais

	2012		2011	
	Custo do serviço		Despesas operacionais	
	Com energia elétrica	Despesas operacionais Gerais e De administração	Outras	Total
Não gerenciáveis				
Encargos de uso da rede elétrica	287		287	259
Taxa de fiscalização			19	19
	287	-	19	306
Gerenciáveis				
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	53		53	44
Material	109		109	25
Serviços de terceiros	1.528		1.528	1.706
Depreciação	1.675	4	1.679	1.981
Amortização	1		1	1
Aluguéis e arrendamentos	72		72	81
Outras	25	45	70	78
	-	3.463	49	- 3.512
Total	287	3.463	49	19 3.818 4.192

16 Resultado financeiro

	31/12/2012	31/12/2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	83	215
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	11	26
Outras receitas financeiras		5
	94	246
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(1.602)	(1.797)
Variações monetárias moeda nacional	(5)	40
Ajustes a valor presente	(40)	(100)
Outras despesas financeiras	(14)	(3)
	(1.661)	(1.860)
Total	(1.567)	(1.614)

17 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	2.715	2.286	2.715	2.286
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(679)	(572)	(244)	(206)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Ajuste lucro presumido	454	300	164	108
Incentivos fiscais	24	24		
Despesa de IRPJ e CSLL	(201)	(248)	(80)	(98)
Alíquota efetiva	7,40%	10,85%	2,95%	4,29%

18 Resultado por ação

O Resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas. No exercício de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o Resultado por ação do período. Dessa forma, o Resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao Resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2011
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia	2.434	1.940
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores	2.054	2.054
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,18529	0,94473

19 Arrendamento mercantil operacional

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação das usinas eólicas. Os contratos têm prazo de 21 e 23 anos e poderão ser renovados por igual período. O pagamento é efetuado por aerogerador instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M, índice divulgado pela FGV. Atualmente, considerando todos os contratos vigentes, estão instalados 23 aerogeradores. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2012	2011
Até um ano		85
Acima de um ano e até cinco anos		488
Acima de cinco anos		881
		1.454

A Companhia reconheceu como despesa com operações de Arrendamento mercantil operacional não canceláveis no resultado do exercício de 2012 o valor de R\$72 e (R\$81 em 2011). Adicionalmente aos pagamentos de arrendamento operacional, a Companhia tem previsto em seus contratos o pagamento da conta de energia das propriedades em que se encontram instalados os Aerogeradores. Nos contratos de arrendamento do Parque Eólico do Horizonte está previsto que a cada 3 anos será realizada uma revisão do valor a ser pago como arrendamento operacional comparando o IGP-M acumulado e o equivalente em arrobas de boi gordo vigente naquela data, praça de Santa Catarina e em consulta a órgão governamental em atividade comprovada à época do fato, prevalecendo dos dois o maior. No quadro abaixo demonstramos as despesas separadas dos arrendamentos conforme parágrafo 15 alínea (b) do ICPC 03:

	2012	2011
Despesa com a variação da arroba do boi (a)		1
Despesa com pagamento de energia	2	7
	2	8

(a) A Companhia revisou no ano de 2011 o valor a ser pago como arrendamento operacional das fazendas arrendadas para o Parque Eólico do Horizonte e identificou que o preço da arroba do boi gordo foi superior ao reajuste acumulado do IGP-M. Na ocasião a variação do IGP-M foi de 19,91% e a variação da arroba do boi gordo foi de 20,42%, no acumulado dos anos de (2008 - 2011). Devido à variação da arroba do boi ser superior a variação do IGP-M, este índice foi utilizado para corrigir o valor do arrendamento em 2011. Em 2012 e 2013 será feito o reajuste

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

pelo IGP-M e em 2014 será feita a comparação com a arroba do boi novamente. Para a Usina Eólica de Água Doce o contrato prevê apenas o IGP-M como índice de reajuste.

20 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 aprovados pelas Resoluções CFC nºs 1.196/09, 1.197/09 e 1.198/09, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

20.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros da Controladora EDP Renováveis Brasil, e com base nas análises periódicas substanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.570	4.299	4.570	4.299
Concessionárias	1.099	1.082	1.099	1.082
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados	873	1.135	873	1.135
	6.542	6.516	6.542	6.516
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	505	1.127	505	1.127
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	1.885	1.662	1.885	1.707
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14.382	15.789	14.382	16.221
Partes relacionadas	1.915	430	1.915	430
	18.687	19.008	18.687	19.485

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações, quando aplicáveis, são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da instituição financeira.

O saldo de Concessionárias composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica com taxas definidas no mercado regulado pela ANEEL e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e BRDE, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 7.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de prestação de serviços, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	2012				2011			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros								
Caixa e equivalentes de caixa		4.570		4.570		4.299		4.299
Concessionárias	1.099			1.099	1.082			1.082
Cauções e depósitos vinculados			873	873			1.135	1.135
	1.099	4.570	873	6.542	1.082	4.299	1.135	6.516

	2012		2011	
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Fornecedores	505	505	1.127	1.127
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16.267	16.267	17.928	17.928
Partes relacionadas	1.915	1.915	430	430
Credores diversos - concessionárias	571	571	176	176
	19.258	19.258	19.661	19.661

	Mensuração do valor justo Mercados idênticos	
	31/12/2012	Nível 1
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	4.570	4.570
	4.570	4.570

20.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 11, possuem como contraparte o BNDES e o BRDE. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados às taxas de juros, atribui-se à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

20.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação

Instrumentos financeiros passivos

Aging cenário provável	31/12/2012							
	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)			
	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%			
Risco TJLP	(1.458)	(3.634)	(399)	(5.491)	(779)	(1.558)	779	1.558
	(1.458)	(3.634)	(399)	(5.491)	(779)	(1.558)	779	1.558

A curva futura da TJLP está em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da administração da Companhia, oscilando entre 5,00% e 5,50%.

20.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 11.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 11. Até 31 de dezembro de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia em 31 de dezembro de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 4 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

20.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outras.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

20.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

A Companhia, durante o exercício, realizou uma operação com derivativo embutido de arrendamento mercantil operacional do imóvel para operação da usina eólica. O contrato prevê uma revisão a cada três anos comparando o IGP-M acumulado e a arroba do boi gordo prevalecendo dos dois o maior. Este derivativo embutido foi reconhecido na despesa e suas metodologias de cálculo estão descritas na nota 19.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Efeitos no Resultado 31/12/2011
Derivativo	Fazendas do Parque Eólico do Horizonte	16/02/2009	01/05/2023	Arrendamento de terras	(1) (1)

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

21 Compromissos contratuais e garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos (que figuram nas demonstrações financeiras) e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	31/12/2012				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	11 16.266	1.885	6.574	7.807	
Responsabilidades com locações operacionais	632	57	169	159	247
Obrigações de compra Desmantelamento	12 7.207	6.786	421		472
	24.577	8.728	7.164	7.966	719

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

Os compromissos contratuais da Companhia referem-se à gestão do financiamento adquirido com a finalidade de construção da Usina Eólica de Água Doce, conforme nota 11 e aos contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis rurais para instalação e operação da Usina Eólica de Água Doce com prazo de duração de 21 a 23 anos, conforme nota 19.

21.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida

	31/12/2012	31/12/2011
Depósito caucionado	873	1.135
Penhor de Ações	12.396	14.035
Bens imóveis - Parque Eólico Água Doce	18.188	19.235

Depósito caucionado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Depósito caucionado, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o BNDES, BRDE e a Companhia, neste caso beneficiária, em 19 de maio de 2006, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, deu em garantia todas as ações representativas do Capital social da Companhia, ou que venham a ser adquiridas no futuro, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia pertencem à EDP - Renováveis Brasil, conforme nota 13.1.

Bens imóveis: Corresponde a alienação fiduciária de 15 aerogeradores do Parque Eólico do Horizonte, localizado no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de Bens imóveis, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2012
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	64
Aerogeradores	42.300

23 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Em 2012 não foram contabilizados gastos relevantes de natureza ambiental.

DIRETORIA

**Miguel Nuno Simões
Nunes Ferreira Setas**
Diretor-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor

Renato Volponi Lício
Diretor

**Bernardo de Deus Vieira
Paisana Salvador Pinheiro**
Diretor

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

Ana Paula Marzano Cerqueira
Gestora Operacional de Contabilidade Patrimonial e Custos
Contadora - CRC 1SP204118/O" S"SC

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A.
Água Doce - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, como informação suplementar, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira e pelas IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9